Liberdade econômica no mundo: o caso do Estado 'opressor' do Brasil

Paulo Roberto de Almeida*

Resumo: Considerações metodológicas e práticas, resumindo os dados principais, em torno do relatório *Economic Freedom of the World: 2011 Annual Report* (Fraser Institute), com destaque para uma comparação entre a China "capitalista" e o Brasil "socialista". De fato, o Brasil é o mais dirigista dos países do grupo Brics, menos livre economicamente do que a China, e o mais intervencionista do Mercosul, com a exceção, na atualidade, da Argentina, que recrudesceu no dirigismo econômico.

Palavras-chave: Estado, dirigismo, intervencionismo, liberdades econômicas.

Liberdade econômica no mundo: o relatório do *Fraser Institute*

Os brasileiros pagaram mais impostos em 2010 do que eles haviam pago em 2009; mas eles já haviam pago mais impostos em 2009, comparativamente a 2008; aliás, 2008 também já tinha representado um aumento em relação a 2007, assim como 2007 tinha seguido essa mesma tendência, e assim por diante (ou, neste caso, assim para trás), até onde a vista alcança no passado. Desde a promulgação da Constituição de 1988, os brasileiros pagam progressivamente mais impostos a cada ano, quase como a "crônica de uma extorsão anunciada". Mas não se pense que, antes, o cenário de espoliação fosse mais ameno para os contribuintes brasileiros; eles já vinham sendo espoliados de forma relativamente eficiente um pouco mais a cada ano, desde o início do regime militar. A Constituição de 1988 apenas consolidou esse processo, ao "encomendar" despesas sempre crescentes, a partir de todas as "bondades" prometidas a todos e a cada um.

O pagamento de impostos, contudo, é apenas uma das categorias retidas pelo Fraser Institute, de Vancouver (Canadá), em cooperação com o Cato Institute, de Washington, para classificar os países segundo o critério básico das liberdades econômicas no *Economic Freedom of the World: 2011 Annual Report* (disponível: http://www.freetheworld.com/2011/reports/world/EFW2011_complete.pdf; para os outros anos: http://www.freetheworld.com/reports.html). A metodologia utiliza mais de quatro dezenas de critérios, organizados em cinco grandes categorias, para atribuir uma pontuação comparativa a quase uma centena e meia de países, indo do mais livre (Hong Kong) até o

mais "oprimido" (o Zimbábue, na 141ª., e última, posição).[1]

As cinco grandes categorias em torno das quais são organizados os 42 critérios de avaliação da pesquisa sobre liberdades econômicas no mundo são as seguintes: tamanho dos governos (despesas, impostos, investimentos); estrutura legal e garantias quanto aos direitos de propriedade; disponibilidade de moeda estável; liberdade de transacionar no plano mundial; regulação do crédito, do trabalho e do ambiente empresarial. Os fundamentos das liberdades econômicas, na tradição dos inspiradores desse estudo – Adam Smith, Alfred Hayek e Milton Friedman –, são a liberdade de escolha, as trocas voluntárias e a existência de mercados abertos. Friedman, como se sabe, era um grande admirador de Hong Kong, não que isso significasse uma adesão da ex-colônia britânica às suas teorias: a ilha simplesmente seguia o pragmatismo britânico, tendo aliás superado a renda per capita da metrópole muito tempo antes de ser "devolvida" à China.

Hong Kong, hoje uma região autônoma do gigante asiático, exibe 9.01 pontos de um máximo de 10, posição que ela vem ocupando de forma consistente desde 1980. O Zimbábue, por sua vez, não passa de 4.08 pontos, degradando por pouco o antepenúltimo lugar da Venezuela, que figura na lista com 4.28 pontos. Apenas antecipando a análise mais detalhada que se fará adiante, o Brasil aparece na posição 102º, com 6.19 pontos, sendo o pior dos Brics na categoria das liberdades econômicas, ainda assim superando com folga a vizinha Argentina, que persegue sua própria marcha para a opressão estatal.

Os indicadores sobre a liberdade econômica no mundo

O mundo contemporâneo, cada vez mais integrado em escala global, conta com certa pletora de indicadores comparativos, alguns deles incidindo sobre critérios de desempenho – como, por exemplo, o da competitividade econômica, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (http://www.weforum.org/issues/global-competitiveness) – enquanto outros focalizam critérios menos brilhantes, como o relatório do Fund for Peace sobre os Estados falidos (http://www.fundforpeace.org/). O Brasil progride em alguns deles, embora venha declinando (absoluta e relativamente) no critério anterior, o de competitividade. O que se pode observar, geralmente, é uma correspondência elementar entre os indicadores construídos por ONGs, ou entidades oficiais, e o famoso indicador de desenvolvimento humano, do PNUD: não é, assim, surpresa para ninguém constatar uma classificação quase similar entre o IDH (http://hdr.undp.org/en/) e esses indicadores mais amplos ou mais específicos no plano econômico. Sociedades prósperas são também países mais estáveis institucionalmente e economias mais produtivas e mais competitivas.

Uma consulta, mesmo sumária, ao relatório das liberdades econômicas para 2011 – http://www.freetheworld.com/reports.html, consolidando dados de 2009, na verdade – revela uma riqueza de informações quantitativas e qualitativas sobre como os países se organizam interna e externamente, assim como sobre a validade relativa das políticas

[1] Dados completos dos países, disponíveis em Excel, para o relatório anterior, o de 2010, podem ser obtidos neste link: <http://www.freetheworld.com/2010/reports/world/EFWdataset2010.xls>.

que promovem as liberdades individuais, sobretudo econômicas, comparativamente a outras políticas que visam garantir "direitos sociais" (*entitlements*). Uma tabela apresentada na p. 9 traz a classificação dos países, com algumas surpresas, como o recuo dos Estados Unidos dos primeiros lugares para uma modesta 10ª posição. No plano global, é o segundo ano consecutivo em que se registra um recuo nas liberdades econômicas em todo o mundo, desde os anos 1980. Mas, os "suspeitos de sempre" fazem boa figura: Hong Kong, como já referido, ocupa o primeiro lugar, seguida de Cingapura, Nova Zelândia, Suíça, Austrália e Canadá. A surpresa do ano – mas correspondendo inteiramente aos progressos registrados consistentemente ao longo dos anos – é a posição ocupada pelo Chile, em sétimo lugar, precedendo os EUA e diversos outros países desenvolvidos (vê-se, por exemplo, a França, sempre dirigista, aparecendo num distante 42º. lugar).

No contexto dos Brics, o Brasil assume o papel de "economia socialista"; a Rússia – não exatamente um modelo de capitalismo competitivo – aparece na posição 81ª., com 6.55 pontos, seguida da China, na posição 92ª. (6.43 pontos) e da Índia, com 6.40 pontos (em 94º. lugar). O Brasil dirigista e intervencionista aparece bem atrás (em 102º. lugar, com 6.19 pontos), ainda assim, bem à frente da Argentina, que aparece na posição 119ª., com 5.90 pontos. As razões dessa decalagem brasileira em relação a países que, pouco mais de 20 anos atrás, eram praticamente socialistas (como a Índia) ou declaradamente comunistas (como a Rússia, e teoricamente, ainda hoje, a China), devem ser esclarecidas, para detectar quais fatores são os responsáveis por essa situação bizarra, já que, de todos eles, o Brasil era a única economia teórica e oficialmente capitalista – embora atrasada – desde o século XIX. Mesmo a África do Sul, que recém ingressou no Brics, figura bem à frente do Brasil, em 87º. lugar, com 6.49 pontos, segundo a metodologia do relatório.

O que dizem os indicadores sobre as liberdades econômicas?

As tabelas a seguir, resumindo alguns dos dados do relatório de 2011, apresentam exemplos significativos, que podem colocar em perspectiva a posição do Brasil em face de outros casos de sucesso ou de atraso relativos. Primeiro, um resumo da classificação geral, para os países mais importantes ou para os casos mais "interessantes".

Liberdades Econômicas no Mundo, 2009

Posição	País	Pontos
1	Hong Kong (reg. autôn. da China)	9.01
7	Chile	7.77
10	Estados Unidos	7.60
21	Alemanha	7.45
22	Japão	7.44
30	Coreia do Sul	7.32

33	Peru	7.31
42	França	7.16
54	Espanha	6.99
62	Uruguai	6.90
70	Itália	6.81
75	México	6.74
80	Paraguai	6.57
81	Rússia	6.55
87	África do Sul	6.49
92	China	6.43
94	Índia	6.40
99	Bolívia	6.27
101	Colômbia	6.21
102	***Brasil***	***6.19***
112	Equador	6.04
119	Argentina	5.90
139	Venezuela	4.28
141	Zimbábue (último país da lista)	4.08

Fonte: ***Economic Freedom of the World: 2011*****, p. 9.**

Registre-se, em primeiro lugar, a invejável posição do Chile, à frente de muitos outros países desenvolvidos, considerados, por vezes equivocadamente, como exemplos de economias de livre mercado. Para os muitos (geralmente da academia brasileira) que desprezam o "modelo chileno", como sendo o de uma "pequena economia" dominada pelo "neoliberalismo" e sem qualquer relevância para o Brasil, pode-se retorquir que essa opção pela abertura garante ao país o acesso a praticamente 80% do PIB mundial, em função dos muitos acordos de livre comércio negociados com parceiros relevantes em todos os continentes. Pergunta-se a esses ideólogos o que pode haver de errado em ter os seus produtos competitivos à disposição em praticamente todos os supermercados do mundo? Se existirem razões ponderáveis para se opor à competitividade chilena, seria o caso de demonstrar em quê, ou como, o livre comércio se opõe à prosperidade nacional.

Observe-se, em seguida, a inacreditável degringolada da Argentina, um país que, no início do século XX superava em prosperidade muitos países europeus, exibindo uma renda per capita que representava mais de 70% do nível dos EUA, já então um dos países mais ricos do planeta. Cem anos depois, a renda per capita dos argentinos corresponde a pouco mais de 33%,

apenas, do valor dos EUA, e um terço a mais do que a dos brasileiros, quando ela era cinco a seis vezes superior um século antes. Esses resultados catastróficos certamente têm a ver com a perda de liberdades econômicas e com os sucessivos experimentos de políticas econômicas esquizofrênicas (aliás, até hoje). Outro país que envereda pelo mesmo caminho é a Venezuela, situada em antepenúltimo lugar na escala do Fraser Institute, a despeito de uma renda per capita ainda superior à da maior parte dos países latino-americanos (devido ao petróleo, claro, mas muito mal distribuída).

Os dois outros sócios pequenos do Mercosul (Uruguai e Paraguai), assim como os três países associados (Chile, Peru e Bolívia), figuram à frente do Brasil, todos eles, com exceção da Bolívia, superando alguns países considerados avançados. Da mesma forma, o Brasil é ultrapassado por todos os demais membros do Brics, alguns deles invejados, talvez, pelo dinamismo de suas economias, mas não necessariamente famosos pelas liberdades civis ou pela qualidade de suas instituições democráticas. A realidade, porém, é que, com a extraordinária exceção do já citado (e patético) caso da Argentina, o Brasil figura em muito má postura no quadro das liberdades econômicas em escala global. A tabela a seguir registra alguns dos dados a partir dos quais se poderia buscar as razões para essa classificação relativamente deprimente para o orgulho nacional.

Liberdades Econômicas no Mundo, 2009 – Dados de alguns países

País (Classif.)	Área 1		Área 2		Área 3		Área 4		Área 5	
	Pont.	Rank	Pont.	Rank	Pont.	Rank	Pont.	Rank	Pont.	Rank
1 Hong Kong	9.39	1	8.20	12	9.28	33	9.34	2	8.68	3
7 Chile	7.65	21	7.20	27	8.97	48	7.83	10	7.52	19
10 EUA	6.49	54	7.30	26	9.60	11	7.02	44	7.49	20
30 Coreia Sul	6.82	42	6.61	33	9.49	24	7.12	40	6.81	49
81 Rússia	6.78	44	5.73	63	8.30	66	5.82	92	5.89	99
92 China	3.31	122	6.35	44	8.05	73	7.22	31	6.35	78
94 Índia	6.69	46	5.72	64	6.55	108	6.54	68	6.39	74
102 Brasil	6.67	47	5.26	76	7.93	76	5.98	86	5.13	116
119 Argentina	6.24	64	4.45	94	7.03	90	5.81	93	6.10	91
139 Venezuela	4.88	101	2.64	122	5.35	120	2.98	121	5.30	113

Áreas: 1 = Tamanho do Governo; 2 = Estrutura Legal e Garantia de Direitos de Propriedade; 3 = Acesso a Moeda Estável; 4 = Liberdade de Comerciar Internacionalmente; 5 = Regulação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios.

Fonte: *Economic Freedom of the World: 2011*, pp. 9, 82, 52, 161, 96, 136, 53, 85, 44, 29 e 163.

Interpretando alguns indicadores setoriais

Que observações poderiam ser feitas a partir da tabela acima – e de outros dados desagregados (setoriais) constantes das tabelas dos países – tendo o Brasil como referência de comparação com outros países emergentes? Já tínhamos constatado que, em termos de liberdades econômicas, o Brasil fica atrás mesmo de economias que, até duas décadas atrás, ainda eram consideradas socialistas ou em mera transição para o capitalismo; no caso da China, a situação é ainda mais bizarra, uma vez que ela ainda é oficialmente apresentada como uma "economia socialista de mercado". [2] Ora, a China, bastante admirada em certos círculos econômicos do Brasil – tanto acadêmicos, quanto governamentais – em razão do papel supostamente mais preeminente do Estado, como planejador ou indutor do crescimento econômico, quando não como "promotor" do desenvolvimento econômico e social, situa-se vários pontos acima do Brasil, tanto na classificação geral, quanto em áreas relevantes da atividade econômica, como a 2ª. (Estrutura Legal e Garantia de Direitos de Propriedade), a 4ª. (Liberdade de Comerciar Internacionalmente) e a 5ª. (Regulação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios), com exceção, justamente, da primeira, relativa ao tamanho do governo.

Paradoxalmente, portanto, e curiosamente, a economia "socialista" da China é bem mais "capitalista" do que a brasileira, uma vez que seu governo – importante como ele aparece nas estatísticas quanto ao seu tamanho – é de fato responsável por todas as obras de infraestrutura (portos, aeroportos, energia, etc.) que são relevantes para impulsionar os negócios dos seus capitalistas, deixando para o setor privado todos aqueles setores que sustentam uma economia competitiva no plano mundial e que fazem da China, justamente, um país imbatível quando se trata de dinâmicas competitivas. Se formos considerar, por exemplo, a área 2 (Estrutura Legal e Garantia de Direitos de Propriedade), registraremos que a proteção legal dos direitos de propriedade é muito mais bem assegurada na China (6.85 pontos) do que no Brasil (5.45 pontos, apenas); ou que a aplicação formal dos contratos é mais bem respeitada na China (6.73) do que no Brasil (4.82 pontos). No que se refere à liberdade de transacionar internacionalmente (área 4), as taxas aplicadas ao comércio exterior, bem mais baixas na China, a colocam à frente do Brasil (pontuação de 8.15, contra apenas 7,28 para o Brasil); as barreiras não-tarifárias também dão à China uma melhor posição (6.01 pontos, acima dos 4.77 do Brasil).

Ainda nessa área do comércio internacional – que constitui, como se sabe, um dos mais relevantes fatores de competitividade internacional e de ganhos de produtividade via incorporação de novas tecnologias e melhoria geral do desempenho das empresas expostas à concorrência externa –, a China apresenta uma proporção do comércio exterior, relativamente ao tamanho da sua economia, bem mais favorável do que a do Brasil (9.12 pontos, contra apenas 2.44), o que significa que o seu coeficiente de abertura externa cumpre seu papel de modernizar a economia e

[2] Ver Paulo Roberto de Almeida, "Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China", *Espaço Acadêmico*, ano 9, n. 101, outubro 2009; ISSN 1519-6186 (on-line); p. 41-50.

trazer ganhos de oportunidade para o conjunto de seus empresários. É importante registrar aqui que a China tornou-se um formidável competidor internacional no campo das manufaturas industriais não em virtude do tamanho do seu Estado, mas graças ao dinamismo de seus empresários e à política de abertura comercial, justamente praticada pelo Estado chinês. Ou seja, a China vem registrando essas extraordinárias taxas anuais de crescimento econômico a despeito do tamanho do seu Estado, não graças a ele, na direção contrária, portanto, do que apontam nossos intervencionistas renitentes da academia ou do governo. O Estado chinês se conforma, assim, a um padrão "Adam Smith" de intervenção na vida econômica.[3]

Focalizando, agora, a última área detalhada no relatório do Fraser Institute (Regulação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios), constatamos, uma vez mais, que a China "socialista" não apenas é mais capitalista do que o Brasil, como ela é mais amiga do "capital financeiro", ou da "financeirização" como a designam certos socialistas brasileiros, qualquer que seja a significação desse termo: a regulação do mercado de créditos é, aparentemente, mais eficiente na China do que no Brasil (7.43 pontos, contra apenas 6.65); também, o crédito ao setor privado é bem mais abundante no "socialismo de mercado" (9.73, de um total de 10 pontos, recorde-se) do que no "capitalismo periférico" (apenas 7.59). Mais importante, no quesito controle sobre taxas de juros e taxas de juros reais, a China recebe a pontuação máxima (10 pontos), para miseráveis 6 pontos no Brasil. Quanto ao mercado laboral, ele é regulamentado de forma bem mais liberal na China "socialista" do que no Brasil "capitalista"; em geral, é mais fácil e rápido contratar, despedir e fazer barganhas coletivas no país asiático do que aqui (em média 5.11 a 8.90 lá, contra apenas 2.23 a 5.44 no Brasil). De fato, o Brasil é mais "generoso" com seus trabalhadores, mesmo se eles dificilmente conseguirão dobrar sua renda pessoal antes de 5 ou 6 décadas, ao passo que na China os ganhos de renda dobram em menos de vinte anos. Qual é, então, a melhor perspectiva em termos de progressos individuais?

Como os países avançam na economia global?

De forma geral, o relatório de 2011 do Fraser Institute, *Economic Freedom of the World*, confirma o que esse mesmo instituto e diversos outros centros de pesquisa e os organismos internacionais vêm afirmando desde muito tempo: nações que são mais livres

[3] Com base nessa constatação, se poderia sugerir, talvez ironicamente, que o título de um dos mais conhecidos livros do sociólogo dos sistemas mundiais Giovanni Arrighi, *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century* (2007; publicado no Brasil como: *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*; Rio de Janeiro: Boitempo, 2008), fosse mudado para algo mais conforme a realidade: *A China vai à Escócia*, e ter eventualmente como subtítulo: "como um gigante da economia mundial do século XXI opera um retorno aos padrões da escola liberal de economia do século XIX". Muitos seguidores ingênuos de Giovanni Arrighi no Brasil provavelmente acreditam que a China está "revolucionando" o capitalismo, ao supostamente introduzir uma versão "administrada" pelo Estado desse "modo de produção", quando é precisamente o Estado chinês que está abrindo as portas da economia chinesa às formas mais clássicas do capitalismo, um processo raramente visto no mundo desde a primeira revolução industrial: a China se move no mundo graças a seus capitalistas, não ao Estado "socialista" (que quando existe, sob a forma de empresas estatais, atua de modo perfeitamente capitalista).

economicamente registram melhor desempenho e superam em prosperidade as nações menos livres, vistos os diversos critérios de bem-estar e os de ganhos de produtividade. Consolidando os dados de 2009, o relatório registra que as nações no quarto superior da escala das liberdades econômicas apresentam uma renda média per capita de US$ 31.501, comparados aos US$ 4.545 para as economias que ocupam o quarto inferior dessa mesma escala (os valores foram os obtidos a partir de um dólar constante de 2005).

Em termos de crescimento econômico, o quarto superior da escala registrou uma progressão anual do PIB per capita entre 1990 e 2009 de 3,07%, ao passo que as economias do quarto inferior cresceram apenas 1,18% no mesmo período. A distribuição de renda também é mais favorável nas nações mais livres do que naquelas oprimidas por um Estado onipresente e onipotente: a renda média da fração mais pobre da população (os 10% de menor renda) era de US$ 8.735 nos países mais livres, contra apenas US$ 1.061 para aqueles situados no décimo estrato inferior dos países menos livres.

Um outro dado interessante é este: a renda média dos 10% mais pobres nos países do quarto superior mais livre (ou seja, os mesmos US$ 8.735) é quase o dobro da renda média geral dos países do quarto inferior (US$ 4.545); ou seja, as pessoas mais pobres nos países mais livres são quase duas vezes mais ricas do que os habitantes dos países menos livres (renda média). Por outro lado, o limite de US$ 1,25 por dia utilizado pelos organismos internacionais para identificar a linha de pobreza – na verdade de miséria – se materializa para apenas 2,7% da população dos países economicamente mais livres, ao passo que essa renda de miséria é encontrada em 41,5% da população nos países do quarto inferior das liberdades econômicas. Ademais, a esperança de vida alcança 79,4 anos nos países mais ricos, contra apenas 60,7 anos nos de menor liberdade econômica.

Como enfatiza, no capítulo 3, Jean-Pierre Chauffour (economista-chefe do Banco Mundial para a regiões do Oriente Médio e do norte da África), as políticas que promovem as liberdades produzem mais desenvolvimento econômico do que aquelas que enfatizam "direitos sociais" (*entitlements*), o que é sustentado por dados empíricos. Como regra geral, portanto, as liberdades fundamentais são mais relevantes dos que as políticas ativistas dos Estados na promoção do crescimento econômico de longo prazo; isto é, aliás, inteiramente comprovado no caso da China, a despeito do que acreditam muitos ingênuos, que insistem em enfatizar as "políticas de Estado", em lugar do que seria mais correto, justamente: o crescimento da liberdade econômica na ex-economia socialista. A China cresce mais do que o Brasil não porque ela pratica "políticas estatais mais corretas" – o que também pode ocorrer, mas nos setores em que o Estado deve ser mais atuante, justamente –, mas porque ela liberou as energias dos seus milhões de empreendedores.

Chauffour, de fato, confirma que, para um conjunto de condições exógenas, os países que favorecem a liberdade de escolha – a liberdade econômica e as liberdades civis e políticas – sobre "direitos sociais" são mais propensos a registrar taxas mais altas de crescimento sustentado e a alcançar os traços mais característicos do sucesso no plano do bem-estar, tal como identificados pela Comissão sobre Crescimento e

Desenvolvimento do Banco Mundial (ver *The Growth Report 2008: Strategies For Sustained Growth And Inclusive Development*). Em contrapartida, a busca da realização de "direitos sociais" – mínimos, se possível "igualitários" – através de controles mais extensivos por parte do Estado e mediante políticas que requerem, justamente, maior extração de recursos da sociedade por parte de burocracias ativistas, tem maiores probabilidades de se revelar frustrante (*self-defeating*) no longo prazo. A história do socialismo mundial, aliás, é um livro aberto a esse respeito: se políticas redistributivas centralmente organizadas fossem sinônimo de avanços sociais e de desenvolvimento, os países do socialismo real teriam sido campeões da prosperidade e dos avanços tecnológicos, e não a miséria que efetivamente foram.

Essas evidências deveriam sugerir importantes lições de políticas públicas para todos os países, sendo apenas surpreendente que dirigentes dos países menos bem sucedidos na corrida ao desenvolvimento não as tenham aprendido depois de tantos dados comprobatórios confirmando o acertado das políticas de maior liberdade sobre as de maior controle estatal. A história (de várias décadas) da Argentina, assim como a experiência recente da Venezuela, empenhada em construir, pelas mãos pouco econômicas de seu caudilho não esclarecido, um "socialismo do século XXI" – que nada mais é do que uma confusa versão dos piores coletivismos do século XX –, deveriam, no entanto, servir de vitrines vivas para as teses principais do Relatório do Fraser Institute.

Mesmo no caso de países já desenvolvidos, priorizar políticas de maior liberdade individual, sobre os famosos "direitos sociais", pode ser uma via mais eficiente para lograr reformas econômicas e os ajustes necessários no chamado "Estado de bem-estar" (hoje em dia, em crise um pouco em todas as partes), do que insistir na manutenção dos velhos esquemas do *Welfare State* que já fizeram água e conduziram a crises fiscais mais ou menos prolongadas. Para os países de renda média, como seria o caso do Brasil, esta seria uma importante lição a ser aprendida na definição de estratégias de crescimento no longo prazo: a abertura para maiores direitos políticos e para níveis mais elevados de liberdade econômica cria melhores condições de desenvolvimento do que a estratégia do Estado ativista que foi a tônica nas décadas que se seguiram a Bretton Woods.

Se, por outro lado, formos consultar o Índice dos Estados Falidos, do Fund for Peace (http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-grid2011), veremos que, à parte todos os conhecidos desastres africanos – e pelo menos um latino-americano, o Haiti, e que se explicam, muitas vezes, pela ausência de Estado –, o Brasil, justamente, está longe de poder ser classificado como um país "sustentável", estando bem mais no limite dos casos a serem observados com atenção. Os fatores negativos que nos colocam numa posição de 65 pontos nesse índice, para uma escala máxima de 120 pontos, são justamente aqueles que deveriam ser de responsabilidade do Estado, mas que não são por ele atendidos, por insuficiência de meios ou por ineficiência geral da máquina pública. Ora, considerar que o Brasil vai melhorar socialmente pela contínua extração de recursos da sociedade pelo Estado – como vem ocorrendo de forma contínua nas últimas décadas – representaria inverter os dados do

problema e apontar na direção errada. Isso significaria tornar a sociedade – se ela já não é – refém de um ogro pantagruélico que suga, cada vez mais, a renda dos cidadãos em favor de elites privilegiadas, ao mesmo tempo em que distribui alguns parcos recursos aos mais desprovidos, a título de "direitos sociais" que não corrigem, fundamentalmente, os dados e as raízes da questão.

Como se pode constatar pelos dados e pelos estudos constantes do relatório do Fraser Institute, o Brasil é um país quase "socialista" se comparado com a China "ex-socialista". Ele é, em todo caso, muito mais regulado do que o gigante asiático, no sentido de tolher os negócios dos seus empresários; a China vem crescendo, justamente, pelo fato de ter liberado os "seus" capitalistas da pesada canga herdada do período socialista, sem impor-lhes os entraves burocráticos – negativamente "mandarinescos" – e a pesada carga tributária que vigora no Brasil, em todos os níveis (e que representa, em média, o dobro daquela observada na China). Os resultados, em termos de crescimento, saltam à vista e não permitem outra conclusão: se o Brasil quiser crescer como a China, terá de libertar seus capitalistas dos grilhões que os prendem ao ogro estatal.

Não se deve, no entanto, esperar uma grande renovação conceitual das políticas em curso a partir da contribuição de nossas faculdades de economia: pelo que se conhece dos currículos e das orientações disciplinares, parece claro que elas não pretendem trazer Adam Smith ao Brasil, como aparentemente fizeram os chineses em suas faculdades de economia e de administração. Os modernos mandarins chineses são aliados dos seus capitalistas na busca da maior eficiência possível para que o sistema econômico produza crescimento. Por aqui, não se sabe quando, exatamente, os líderes políticos conseguirão pautar-se pelas lições de simples bom-senso econômico do filósofo escocês, retirando as bolas de ferro que atam os pés dos nossos capitalistas. Revoluções mentais são sempre mais difíceis de ocorrerem do que certas evoluções materiais.

Mas fica dado o recado...

* **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira.